

Informe

UNASUL leva agenda de saúde sul-americana à AMS

Nutrição, propriedade intelectual e desenvolvimento pós-2015 foram alguns dos pontos de intervenção definidos pelo Conselho de Saúde Sul-Americano



Pelo quinto ano consecutivo, a UNASUL apresenta os pontos de intervenção de seus países-membros na Assembleia Mundial da Saúde

A UNASUL, através do Conselho de Saúde Sul-Americano (CSS), apresentou posicionamentos comuns de seus 12 países-membros na 68ª Sessão da Assembleia Mundial da Saúde (AMS), realizada entre 18 e 26 de maio em Genebra (Suíça). Em reunião extraordinária prévia, o Conselho estabeleceu seis pontos de intervenção considerados relevantes: políticas de reforma alimentar e enfrentamento à desnutrição; regulamentação da participação de agentes não estatais na Organização Mundial da Saúde (OMS); financiamento de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias; combate à falsificação de medicamentos; inovação e propriedade intelectual; e diretrizes de saúde na agenda de desenvolvimento pós-2015 da Organização das Nações Unidas (ONU).

O alto nível de má-nutrição no mundo foi um dos principais assuntos debatidos na AMS. Após votação, os países-membros endossaram as resoluções sobre reforma alimentar instituídas em novembro do ano passado, na Conferência de Roma. Em sua intervenção, a UNASUL reforçou a necessidade de tratar a questão de maneira intersetorial, levando em conta os determinantes sociais de saúde e o direito humano à alimentação. De acordo com o diretor nacional de Cooperação e Relações Internacionais do Ministério da Saúde do Equador, Carlos Emanuele, o discurso reflete o forte posicionamento do bloco em relação ao tema nos últimos meses.

“Menciono a aprovação do plano de ação de prevenção da obesidade na infância e na adolescência – um marco da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) – assim como o papel desempenhado pela região na 2ª Conferência Internacional de Nutrição. Estamos cientes, também, que devemos atuar conjuntamente contra o grande peso da indústria”, afirmou.

O tema propriedade intelectual também obteve destaque nesta edição da Assembleia. As delegações decidiram postergar até 2018 a recomendação para o exame geral do plano de ação de saúde pública e inovação da OMS que, por sua vez, passa a ser válido até 2022. A UNASUL não só apoiou a proposta, como sugeriu a realização de consultas periódicas aos estados membros ao longo do processo de avaliação de êxitos e elaboração de estratégias futuras.

Durante as reuniões, os países-membros da OMS reconheceram o impacto da saúde na agenda de desenvolvimento pós-2015 da ONU, seguindo o que já havia sido apontado pelo bloco sul-americano na avaliação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O grupo ressaltou a importância de implementar ações para redução das taxas de mortalidade, morbidade e deficiências relacionadas a doenças não transmissíveis, promoção da saúde mental e alcance da cobertura universal de saúde no mundo. Já a UNASUL lembrou a importância de vincular o setor com outros pontos do documento, tais como diminuição da

pobreza e da desigualdade, combate à fome e gestão de recursos naturais.

“Este é o quinto ano que a UNASUL participa da OMS. Acreditamos que a saúde é um pilar integrador no continente, pois compartilhamos dos mesmos valores e objetivos. O bloco tem por meta, através do CSS e dos estados membros, lutar pelo acesso universal à saúde, focando nos direitos humanos e na abordagem intersetorial”, finalizou Emanuele.

Mais de três mil delegados de 194 países participaram do evento. Nesta edição, a sessão plenária estiveram a cargo da Índia, representada por seu atual ministro da União da Saúde e Bem-Estar da Família, Shri Jagat Prakash Nadda, e pelos vice-presidentes do Afeganistão, Barbados, China, San Marino e Senegal.

Para ver todos os documentos da Assembleia acesse: <http://bit.ly/1MJvb90>

VEJA MAIS

Movimento da sociedade civil comenta agenda da 68ª Assembleia Mundial da Saúde
Pág. 2

ISAGS lança livro em Reunião do Conselho de Saúde Sul-Americano
Pág. 3

Entrevista com Fernando Rosales, representante da Missão Permanente da Bolívia em Genebra
Pág. 4

Movimento da sociedade civil comenta agenda da 68ª Assembleia Mundial da Saúde

Rede aponta fragilidades nas propostas apresentadas pelos Estados Membros e cobra avanço no desenvolvimento de projetos

Com o intuito de contribuir com as deliberações dos Estados durante a 68ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS/OMS), o Movimento pela Saúde dos Povos (PHM por sua sigla em inglês) – rede global de organizações, ativistas, acadêmicos e trabalhadores da área – fez uma análise dos pontos de discussão da agenda da AMS. Dentre os tópicos abordados, o grupo discutiu questões de interesse da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), que foram pontos de intervenção do bloco nesta edição da Assembleia.

Relacionamento dos agentes não estatais com a OMS

A respeito do impasse entre os Estados Membros no alinhamento das propostas para regulamentar o relacionamento da Organização Mundial da Saúde (OMS) com os agentes não estatais, o PHM argumentou que para impedir que haja o favorecimento dos interesses comerciais perante as questões relevantes para a Organização, é preciso promover um alto nível de conscientização dentro da Secretaria. Além disso, o grupo defendeu a implementação de regras que sejam iguais para todos, e que evidenciem a responsabilidade dos Estados na proteção da integridade da organização.

No debate sobre a alimentação, o PHM propôs que seja criada uma comissão para informar sobre os desafios da soberania e segurança alimentar

Saúde na agenda pós-2015

No debate sobre a saúde na agenda de desenvolvimento pós-2015, destacaram a importância do papel dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como guia das prioridades a serem consideradas pelos doadores em financiamentos e acordos, assim como a relevância dos mesmos para as determinações sociais, políticas e ambientais. O PHM fez ainda um apelo à OMS para que seja apresentado, na próxima edição da AMS, em 2016, um plano consolidado com o detalhamento dos possíveis desafios identificados e progressos alcançados em cada um dos objetivos.



Financiamento de pesquisas e investimentos em saúde

O movimento também comentou a proposta que sugere a criação de um fundo comum de contribuições voluntárias, para promover pesquisas e desenvolvimento de novas tecnologias em saúde, de acordo com as demandas identificadas pelo Observatório Global e pelo futuro coordenador do mecanismo – ainda a ser indicado pela OMS. O PHM reconheceu o progresso da iniciativa para a área de pesquisas e desenvolvimento em saúde, mas disse que há falhas na atual proposta. Para eles, o plano poderia, por exemplo, incluir cláusulas que façam referência aos preços de custo ou preferenciais, e aos acordos de licenciamento ou licenças não exclusivas para a OMS.

Medicamentos falsificados (SSFFC)

Em relação ao Mecanismo dos Estados Membros (MSM, por sua sigla em inglês) – iniciativa liderada pela AMS – para estabelecer regras de combate ao comércio de medicamentos falsificados (SSFFC), o grupo destacou o projeto, porém criticou a demora em solucionar alguns pontos confusos e definições ambíguas, que ainda confundem os aspectos de “falsificados”, com questões de qualidade, segurança e eficácia.

Soberania e segurança alimentar

No contexto do debate sobre o sistema alimentar no âmbito nacional e global, que teve como referência os documentos e planos de ação resultantes da 2ª Conferência Internacional de Nutrição (ICN2, por sua sigla em inglês), o PHM apresentou projeto de resolução baseado em reivindicações da

O grupo traz a voz da sociedade civil para as assembleias, interligando as demandas dos movimentos populares às discussões da OMS

sociedade civil. Assim como o retorno das negociações multilaterais no comércio de *commodities*, a fim de eliminar as práticas de *dumping* e de proteção aos subsídios da agricultura empresarial, solicitaram mais rigidez na verificação do cumprimento do Plano de Ação da ICN2 e que se crie uma comissão a ser administrada pela OMS e pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), com o intuito de informar sobre os desafios para a soberania e segurança alimentar.

Todos os comentários do movimento sobre a agenda da 68ª AMS estão disponíveis em: <http://bit.ly/1FSP5JV>

WHO Watch – PHM

Presente em mais de 70 países, o grupo tem participação ativa em defesa da democratização da governança global e da atenção primária integral em saúde, e desde 2011 intervém através do programa *WHO Watch*, nos fóruns da OMS. O objetivo é trazer a voz da sociedade civil para as assembleias, interligando as demandas dos movimentos populares às discussões da OMS.

ISAGS lança livro em Reunião do Conselho de Saúde Sul-Americano

Publicação é resultado de um amplo trabalho de mapeamento das experiências de Atenção Primária de Saúde no continente

Ministros da Saúde e seus representantes debateram posicionamentos comuns referentes à 68ª Assembleia Mundial de Saúde (AMS) durante a XXI Reunião Extraordinária do Conselho de Saúde Sul-Americano (CSS/UNASUL), ocorrida no dia 17 de maio, em Genebra. Na ocasião, o diretor executivo do ISAGS, José Gomes Temporão, lançou o livro “Atención Primaria de Salud en Suramérica”, terceira obra idealizada pelo Instituto.

O presidente pro tempore do CSS/UNASUL e ministro de saúde pública do Uruguai, Jorge Basso, abriu o encontro ressaltando a importância da inserção do bloco na agenda de saúde global e de desenvolvimento.

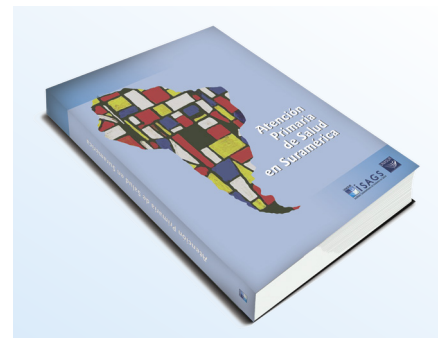
Já o ministro de saúde do Brasil, Arthur Chioro, exaltou o posicionamento da UNASUL e o comprometimento do país com o Conselho de Saúde. “Temos problemas comuns, mas temos capacidade para

encontrar soluções comuns na América do Sul. Devemos caminhar juntos e ampliar os nossos diálogos”, disse.

Ao final, Temporão realizou o lançamento do livro “Atención Primaria de Salud en Suramérica”. Prevista no Plano Operativo Anual (POA) do Instituto, a publicação é resultado de um amplo trabalho de mapeamento, articulação e consolidação das experiências de Atenção Primária de Saúde (APS) na região.

Segundo a coordenadora do projeto, Lígia Giovanella, a pesquisa estruturou-se de forma comparativa, evidenciando casos de sucesso e identificando os principais desafios para o fortalecimento da APS no continente. Os diagnósticos parciais foram exibidos na oficina “Abordagens de Atenção Primária de Saúde e estratégias para permanência de profissionais em zonas remotas e desfavorecidas da América do Sul”, realizada pelo ISAGS/UNASUL em 2014.

Além de Giovanella, participaram da elaboração do livro a pesquisadora Suelen Oliveira e os consultores Patty Fidelis, Gilberto Rios, Herland Tejerina, Román Veja e Hedwig Goedes. O livro conta com prefácio de Oscar Feo, coordenador-geral altermo da Associação Latino-Americana de Medicina Social (ALAMES) e texto de contracapa de Daniel Olesker, ex-ministro da Saúde do Uruguai.



Secretário-geral da UNASUL destaca papel do bloco como interlocutor coletivo nos cenários da saúde global

Para dirigente, intervenção do Conselho de Saúde Sul-Americano em pontos da agenda de fóruns globais de saúde é determinante



Encontro inédito na sede do Instituto promoveu a aproximação da Secretaria com as instâncias da UNASUL

O Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS) recebeu pela primeira vez, em maio, a visita do secretário-geral da UNASUL, Ernesto Samper. O gestor cumpriu agenda de trabalho no Brasil, e em passagem pelo Rio de Janeiro, se reuniu com representantes de Redes Estruturantes da UNASUL, na sede do Instituto. Na ocasião, Samper concedeu entrevista exclusiva ao ISAGS, em que abordou, entre outros temas, a importância da participação e intervenção do Conselho de Saúde Sul-Americano (CSS/UNASUL) na Assembleia Mundial da Saúde (AMS).

A “UNASUL deve ser reconhecida como ‘bloco’ nos cenários decisivos da saúde mundial”, declarou o secretário. De acordo com ele, o fato de se ter um Conselho de Saúde atuando em fóruns globais, com a missão de

construir e revisar uma agenda de políticas públicas relacionadas à saúde nos territórios do continente, garante que a organização seja vista nestes cenários – particularmente perante a Organização Mundial da Saúde (OMS) – como um interlocutor coletivo de seus países membros.

A respeito da reforma do sistema alimentar – um dos pontos de intervenção do CSS/UNASUL na 68ª AMS – Samper reafirmou o compromisso da Secretaria em trabalhar na implementação de políticas públicas regionais, para combater doenças decorrentes de uma má alimentação. “A região deve avançar na criação e consolidação das cadeias sociais de valor que conectem a agricultura alimentar (geralmente associada aos pequenos

camponeses) às redes atacadistas de distribuição e aos consumidores específicos (crianças e idosos)”, disse.

O secretário afirmou ainda que o avanço do bloco na redução da fome permite que os países membros comecem a pensar em demais problemas associados à nutrição, como a obesidade infantil. Assim como as enfermidades decorrentes de uma má alimentação, o alto custo dos medicamentos também é um fator agravante da Saúde Pública na América do Sul, e, segundo o secretário, já é responsável por mais de 30% do gasto dos cidadãos.

Uma das saídas para a região, apontadas por ele, é a elaboração de uma política consistente, com um banco de preços de medicamentos e um mapa sobre os lugares que produzam remédios genéricos, assim como uma política de licenças compulsórias, que permita identificar o interesse público sobre a produção e distribuição de determinados medicamentos.

Em 2014, o diretor executivo do ISAGS, José Gomes Temporão assinou cartas de compromisso com a Secretaria Geral da UNASUL para aprovação das medidas, através da proposta de um Banco de Preços e do Mapeamento de capacidades produtivas. As ações estão vinculadas ao Fundo de Iniciativas Comuns do bloco, e já estão em andamento.

Entrevista: **Fernando Rosales**

“A UNASUL não pode focar apenas em problemas concretos, mas ter uma visão de perspectiva. Ver a floresta, não só a árvore”



Crédito: José Luis Barros

Em entrevista exclusiva ao ISAGS, o representante da Missão Permanente da Bolívia em Genebra, Fernando Rosales, fala do papel da UNASUL como órgão de coordenação de políticas públicas regionais e comenta algumas das intervenções realizadas pelo bloco durante a Assembleia Mundial de Saúde (AMS).

1. Qual é a importância da participação da UNASUL em foros internacionais de saúde global, como a AMS?

Tem uma frase em relações internacionais que diz, “os países não recebem o que merecem, nem se quer o que necessitam, senão o que negociam”. A construção da arquitetura jurídica internacional em matéria de saúde é elaborada com base nas contribuições e na participação ativa dos países. A UNASUL, como órgão de coordenação de políticas públicas regionais, permite colocar em cima da mesa de negociação não só os interesses e preocupações do continente, como também a forma como os países da região veem as coisas, influenciando na maneira de desenhar certas políticas e ações no campo da saúde global. A UNASUL tem muito o que contribuir.

2. Como o bloco pode fortalecer as reivindicações de seus países membros internacionalmente?

A América do Sul é uma região que tem que enfrentar muitos desafios em matéria de saúde e em outras áreas e, através da coordenação, o diálogo regional tem tido bons resultados. É um processo contínuo e sustentável, que parte da busca de soluções de problemas nacionais e regionais que enriquecem o debate internacional. No entanto, é importante mencionar que a UNASUL não pode estar focada só em problemas concretos dos países membros (que sem dúvida alguma são importantes), mas também eles têm que ter uma visão de perspectiva, ver a floresta não só a árvore. Os temas sistêmicos (tais como a governança da OMS) são substantivos e não podem deixar que outros países tomem decisões pelos países da UNASUL. Até agora a UNASUL tem trabalhado muito bem, porém não deve deixar de debater esses temas de alcance global.

3. Uma das medidas defendidas pela UNASUL na AMS diz respeito à reforma alimentar e ao combate à má nutrição nos países sul-americanos. Como o

bloco pode atuar para melhorar o sistema alimentar da América do Sul, considerando os determinantes sociais da saúde?

O tema vai além das políticas em saúde. Deveriam ser vistas posições multissetoriais conjuntas para determinadas questões, tais como o que se propõe nos sistemas alimentares na América do Sul. Reconhecendo que isso é um tanto difícil, (talvez num futuro possamos desenvolver enfoques multissetoriais) no plano da saúde relacionado ao multilateralismo, pode-se trabalhar na região para impulsar políticas na OMS que auxiliem os diferentes programas que estão sendo realizados na região.

4. Como o conselho de Saúde pode atuar intersetorialmente nos pontos indicados na agenda post-2015 da ONU, com destaque aos que estão relacionados à política sanitária e ao desenvolvimento sustentável?

O Conselho de Saúde tem um peso moral maior ao de outros setores (por exemplo, o comercial) e é um cenário onde a região tem mais consensos que dissensos. Esta situação poderia ser a base para que o Conselho de Saúde Sul Americano pudesse tomar a liderança em matérias relacionadas com a agenda pós-2015, em matéria sanitária e no desenvolvimento sustentável.

A agenda pós-2015 propõe novos desafios para os nossos países, que devem ser tratados de forma multissetorial e é lá onde a saúde pode impulsionar programas e projetos alinhados com outros setores, tais como economia e finanças, por exemplo.

facebook.com/isags.unasursalud
Canal no Youtube: Isags Unasur
twitter.com/isagsunasur



EXPEDIENTE

ISAGS-UNASUL

Diretor-Executivo: José Gomes Temporão Coordenador Técnico: Henri Jouval
Coordenadora de Relações Internacionais: Mariana Faria

GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

Coordenadora: Flávia Bueno
Editora do Informe ISAGS: Flávia Rodrigues
Reportagem: Flávia Rodrigues e Karla Menezes
Equipe: Bruno Macabú e Felipe Amarante
Contato: comunicacao@isags-unasur.org Telefone: +55 21 2505 4400

Esse é o informe do **Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS)**, o centro de pensamento estratégico na área de saúde da **União das Nações Sul-Americanas (UNASUL)** que visa contribuir para a melhoria da qualidade do governo em saúde na América do Sul por meio da formação de lideranças, gestão do conhecimento e apoio técnico aos sistemas de saúde.

